

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE E INFESTAÇÃO DE PRAGAS URBANAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE.

MENOR PREÇO POR ITEM

FAZENDA RIO GRANDE – JULHO DE 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1 Número do processo: 55457/2025.

1.2. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Controle de Infestações de Pragas Urbanas nos espaços públicos do Município de Fazenda Rio Grande.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Das especificações e quantitativo do objeto: As especificações e quantitativo do objeto estão relacionados na tabela abaixo:

ITEM	UNI.	DESCRIÇÃO	QTDE
1	M ²	SERVIÇO DE CONTROLE DE INFESTAÇÃO DE POMBOS – Limpeza das áreas infestadas (raspagem das fezes, retirada de ninhos, desinfecção contra piolhos) e desalojamento dos espécimes, ficando o responsável pela transferência/translado e relocação para outro local apropriado. Aplicação de gel repelente nos locais utilizados para pouso e alojamento das aves.	151.469,68
2	UNI	SERVIÇO DE CONTROLE E CAPTURA DE ABELHAS, VESPAS, MARIMBONDOS – Efetuar o controle a captura dos insetos, com fornecimento de todo o material necessário, exemplo: andaimes, escadas, caixa núcleo ou caixa ninho, quadros com cera e quadros vazios, chama enxame, vestimentas, tela para transporte, espuma e fumegador. Ficando o responsável pela transferência /Translado e relocação para outro local apropriado.	378

3	M ²	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO – Tratamento direcionado ao controle e combate de insetos rasteiros, insetos voadores e aracnídeos, incluindo escorpiões. Os principais alvos a serem eliminados incluem: baratas, formigas, pulgas, traças, aranhas e escorpiões, entre outros vetores sinantrópicos. A aplicação deverá ocorrer em toda a área de forro ou laje, nas áreas internas (cantoneiras, frestas, rodapés, atrás e embaixo de mobiliários), e conforme outras necessidades identificadas, finalizando com a aplicação externa, formando barreira química para impedir a entrada de insetos e aracnídeos.	255.364, 53
4	M ²	SERVIÇO DE DESCUPINIZAÇÃO – Eliminação e controle de cupim de madeira e broca.	50.381, 37
5	M ²	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO – alvos a serem eliminados: ratas e camundongos – Iscas distribuídas em lugares estratégicos e áreas identificadas seguras pelo técnico responsável, rastreando trilhas mais próximas à colônia. A raticida terá que ser formulado de modo que após a morte, o roedor não passe pelo estado de putrefação.	254.274, 53

2.2. A despesa será paga, por metro quadrado (itens 1, 3, 4 e 5) ou por serviço (item 2), estando nestes inclusos todas as despesas, diretas e indiretas como: transporte, equipamentos, produtos e inseticidas empregados, equipamentos de proteção individual, e gastos com pessoal – técnico e operacional, entre outros que se façam necessários para a perfeita realização dos serviços ora licitados.

2.3. Natureza do objeto: O bem objeto deste termo de referência é caracterizado como serviços comuns.

2.4. Do prazo e vigência da ata: A vigência da ata será de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no PNCP, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021, desde que comprovada sua vantajosidade.

2.5. Do parcelamento: Considerando os princípios da economicidade, da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a contratação foi devidamente parcelada em itens distintos, conforme a natureza e especificidades dos serviços a serem prestados.

2.5.1. A licitação será realizada na modalidade **menor preço por item**, de forma a possibilitar a ampla participação de empresas especializadas, inclusive de pequeno porte, permitindo que concorram apenas nos itens de sua expertise. Essa divisão contribui para evitar a concentração do objeto em um único fornecedor e possibilita o atendimento mais eficiente às diversas demandas do Município.

2.5.2. Os itens foram definidos com base na diferenciação técnica e operacional dos serviços, conforme segue:

- **Item 1:** Controle de Infestação de Pombos;
- **Item 2:** Controle e Captura de Abelhas, Vespas e Marimbondos;
- **Item 3:** Serviço de Dedetização (insetos rasteiros, voadores e aracnídeos);
- **Item 4:** Serviço de Descupinização;
- **Item 5:** Serviço de Desratização.

2.5.3. A divisão justifica-se ainda pelo fato de que os serviços requerem técnicas, insumos e equipamentos específicos, sendo possível sua execução de forma autônoma. O parcelamento, portanto, visa garantir maior competitividade, atender com mais precisão às neces-

sidades do Município e propiciar melhores condições para a obtenção de preços compatíveis com o mercado.

2.6. Esclarece-se que não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes ('carona'), restringindo-se sua utilização exclusivamente ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes, em observância à Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de controle dos quantitativos e da gestão da execução contratual

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de manter os espaços públicos do Município de Fazenda Rio Grande em condições adequadas de salubridade, segurança e bem-estar, tanto para os servidores quanto para os cidadãos que utilizam os serviços públicos.

3.2. A presença de pragas urbanas, como pombos, insetos rasteiros e voadores, aracnídeos, roedores, cupins, abelhas e outros vetores sinantrópicos, representa risco real à saúde pública, podendo ocasionar a transmissão de doenças, degradação de ambientes e danos ao patrimônio público. Tais situações comprometem diretamente a qualidade do atendimento prestado e o adequado funcionamento das atividades administrativas, educacionais, assistenciais e de saúde.

3.3. Nesse contexto, a prestação dos serviços especializados de controle e manejo de pragas urbanas é essencial para garantir ambientes higienizados, seguros e em conformidade com as normas sanitárias vigentes. A contratação de empresa especializada se mostra imprescindível, tendo em vista a inexistência, no âmbito da Administração Municipal, de estrutura técnica, operacional e de pessoal capacitado para a realização contínua e eficaz desses serviços, especialmente diante da complexidade das técnicas envolvidas e da necessidade de utilização de equipamentos e produtos específicos.

3.4. Dessa forma, a contratação ora proposta visa atender à demanda recorrente por serviços de controle de pragas nos prédios, instalações e espaços públicos municipais, assegurando condições ambientais apropriadas e promovendo a proteção da saúde coletiva e do patrimônio público.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A solução proposta contempla a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle de infestações de pragas urbanas, incluindo pombos, insetos rasteiros e voadores, aracnídeos, roedores, cupins, abelhas, vespas e marimbondos, em áreas públicas e prédios pertencentes ao Município de Fazenda Rio Grande.

4.2. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução engloba todas as etapas necessárias à adequada prestação dos serviços, desde o planejamento e identificação das áreas infestadas, passando pela execução das ações de controle e manejo, até o monitoramento e manutenção da eficácia dos serviços prestados. Dessa forma, assegura-se a continuidade dos efeitos desejados e a minimização dos riscos de reinfestações.

4.3. A execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais capacitados, utilizando-se equipamentos adequados e produtos devidamente autorizados pelos órgãos competentes, observando-se as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes. A empresa contratada será responsável por todas as fases do processo, incluindo o fornecimento de materiais e insumos, a aplicação das técnicas apropriadas para cada tipo de praga, o descarte ambientalmente correto dos resíduos gerados e a apresentação de relatórios técnicos periódicos.

4.4. O ciclo de vida do objeto será acompanhado pela Administração Municipal, com base em critérios de desempenho e controle da efetividade das ações, garantindo que os ambientes tratados permaneçam livres das pragas urbanas ao longo do período contratual. O

enfoque preventivo e corretivo adotado visa à preservação da saúde pública, à segurança dos usuários dos espaços públicos e à integridade do patrimônio municipal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e legais que garantam a adequada prestação dos serviços de controle de pragas urbanas, em conformidade com os princípios da eficiência, segurança, economicidade e respeito à legislação sanitária e ambiental vigente. Os requisitos mínimos exigidos incluem:

a) Qualificação técnica da empresa contratada: A empresa deverá comprovar experiência anterior na execução de serviços similares, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando aptidão para o desempenho do objeto.

b) Mão de obra especializada: Os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão estar devidamente capacitados e, quando exigido pela natureza do serviço, possuir registro em órgão de classe competente.

c) Regularidade sanitária e ambiental: Os produtos utilizados nos procedimentos deverão estar registrados nos órgãos reguladores competentes e a aplicação deverá observar todas as normas de segurança e controle ambiental, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e descarte correto de resíduos.

d) Fornecimento de materiais e equipamentos: A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à completa execução dos serviços, devendo garantir sua adequação técnica, segurança e eficácia.

e) Cumprimento dos prazos e cronograma: A execução dos serviços deverá seguir o cronograma a ser pactuado com a Administração, respeitando os prazos estabelecidos, as prioridades definidas e a ordem de atendimento dos locais.

f) Responsabilidade técnica e legal: A empresa deverá indicar responsável técnico formalmente habilitado, que acompanhará a execução dos serviços e responderá pelas atividades junto à Administração, conforme exigências legais.

g) Garantia de qualidade e acompanhamento: A contratada deverá fornecer relatórios técnicos detalhados das ações realizadas, contendo informações sobre áreas atendidas, tipos de pragas combatidas, produtos utilizados e eventuais recomendações para ações complementares.

5.2. O atendimento integral a esses requisitos é essencial para assegurar que a prestação dos serviços ocorra de maneira eficiente, segura, legal e em consonância com os objetivos da Administração Pública.

5.3. CRONOGRAMA E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.3.1. A execução dos serviços deverá seguir o cronograma a ser pactuado com a Administração, respeitando os prazos estabelecidos, as prioridades definidas e a ordem de atendimento dos locais.

5.3.2. Consoante ao cronograma citado acima, poderá ser dado à empresa um período de 05 (cinco) dias para o início dos serviços e o dia específico deverá ser agendado junto à Secretaria solicitante do serviço.

5.3.3. A lista de locais de execução informados pelas Secretarias segue abaixo e serão informados na nota de empenho, sendo sempre em prédios públicos ou áreas públicas dentro do Município de Fazenda Rio Grande:

a) Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- **SMMA** – Avenida São Paulo, nº 100 – Bairro Estados, Parque Verde, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83830-170.
- **Cemitério Municipal** – Rua Rio Ivaí, nº 1536 – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-098.
- **Departamento de Agricultura** – Avenida Araucárias, nº 550 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-512.
- **Praças Municipais do Município de Fazenda Rio Grande.**

b) Secretaria Municipal de Administração

- **Paço Municipal** – Rua Jacarandá, nº 300 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-066.
- **Divisão de Recursos Humanos** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos – Fazenda Rio Grande – PR – CEP 83820-000.
- **Divisão de Medicina do Trabalho** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Divisão de Segurança do Trabalho** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Escola de Gestão** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Comissão de Concurso Público** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.

- **Comissão de Estágio Probatório** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Comissão Disciplinar Processante** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Comissão Disciplinar Sindicante** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Comissão de Planos Cargos e Carreira** – Avenida Cedro, nº 224 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Divisão de Almoxarifado** – Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-554.
- **Divisão de Patrimônio Público** – Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-554.
- **Divisão de Arquivo** – Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-554

c) Secretaria Municipal de Assistência Social

- **Casa I** – Rua Seringueira, nº 494 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Casa II** – Rua Cacaueiro, nº 80 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Abrigo Institucional para pessoas adultas** – Rua Coqueiros, nº 556 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.

- **MSE (medida socioeducativa)** – Rua Ipê, nº 895 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Creas** – Rua Silvano José Baldan, nº 1459 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-072.
- **Cras Eucaliptos** – Rua Pessegueiro, nº 249 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Cras Gralha Azul** – Rua Cauré, nº 6921 – Bairro Gralha Azul, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83824-286.
- **Cras Iguaçu** – Rua Rio Paranapanema, nº 616 – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-152.
- **Projeto Melhor Idade** – Rua Peru, nº 427 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-508.

d) Secretaria Municipal de Assistência Social

- **SMAS** – Rua Tenente Sandro Luis Kampa, nº 182 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-084.
- **Acolhimento Institucional Criança e Adolescente** – Rua Rio Tejo, nº 173 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-118.
- **Conselho Tutelar** – Rua São Luciano, nº 23 – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-104.

- **Armazém da Família** – Rua Jequitibá, nº 139 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.

e) Secretaria Municipal de Cultura

- **Praça Céu** – Rua São Nicolau, nº 2450 – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-204.
- **Teatro Municipal** – Rua Itália, nº 287 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-554.
- **Novo Céu da Cultura** – Avenida Polônia, s/nº – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-560.

f) Secretaria Municipal de Defesa Social

- **SMDSMU** – Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-554.

g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

- **Multieventos** – Avenida Brasil, s/nº – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.

h) Secretaria Municipal de Educação

- **E.M. 26 De Janeiro** – Avenida Brasil, nº 2014 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **E.M. Alcides Mário Pelanda** – Rua Pessegueiro, nº 197 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.

- **E.M. Antônio Baldan** – Rua Albatroz, nº 430 – Bairro Gralha Azul, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-320.
- **E.M. Arnaldo Busato** – Avenida Brasil, nº 1540 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **E.M. Carlos Eduardo Nichele** – Novo Prédio – Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 661 – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-072.
- **Manutenção Predial** – SME – Rua Nossa Senhora do Rocio, s/nº – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-044.
- **E.M. Dep. Luiz Gabriel Sampaio** – Rua São Braz, nº 94 – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-242.
- **E.M. Generoso Salustiano Barbosa** – Rua Paulo Leminski, s/nº – Bairro Jardim Veneza, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83825-320.
- **E.M. Guisela Kuss Rieke** – Avenida Portugal, nº 244 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-038.
- **E.M. Joaquim Katsuki Matsumoto** – Rua Jaguariaíva, nº 11149 – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-271.
- **E.M. Luiz Nichele** – Rua Eritreia, nº 171 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-257.
- **E.M. Marlene Barbosa** – Rua Alfredo Gonchorovski, nº 337 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-044.

- **E.M. Nossa S^a. De Fátima** – Rua Rio Guarani, nº 365 – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-194.
- **E.M. Prof^a. Maryle Ap.^a Schettert Ferri** – Rua Tangará, nº 708 – Bairro Gralha Azul, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83824-418.
- **E.M. Prof^a. Isabel Cristina** – Rua São Nicolau, nº 2420 – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-074.
- **E.M. Santa Cecília** – Rua Maranhão, nº 74 – Bairro Estados, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83830-211.
- **E.M. Santa Fé** – Rua Rio Tietê, nº 500 – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-126.
- **E.M. Santa Maria** – Rua Curitiba, nº 654 – Bairro Estados, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83830-566.
- **E.M. São Francisco De Assis** – Rua El Salvador, nº 471 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-148.
- **E.M. Prof.^a Valdineia** – Avenida Holanda, nº 110 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-206.
- **E.R.M. Francisco Quirino Machado** – Avenida João Quirino Leal, nº 392 – Bairro São Sebastião, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil — CEP 83825-100.
- **E.C.M. Senador Alô Guimarães** – Estrada Passo Amarelo, S/N – Bairro Passo Amarelo, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-001.

- **E.M. Rubia Mara Da Crus Pacheco** – Rua Pinhão, 110 – Bairro Estados, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83830-410.
- **Escola Social Ir. Henri (Marista)** - Rua Juruviana, nº 154 – Bairro Gralha Azul, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83824-430.
- **Cmaee – Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado** - Rua Castanheira, nº 596 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-056.
- **E. M. Anete Franco Da Cruz Leal** – Rua Corticeira, nº 301 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-302.
- **Cmei Estados** – Avenida Paraná, s/nº – Bairro Estados, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83830-058.
- **Cmei Francisco João Orso** – Rua Pessegueiro, nº 289 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Cmei Gralha Azul** – Avenida Albatroz, nº 430 – Bairro Gralha Azul, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-320.
- **Cmei Iguaçu** – Rua Farid Stephens, s/nº – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-050.
- **Cmei Prof^a. Darcy Barbosa Leal** – Rua Carlos Drummond de Andrade, nº 1780 – Bairro Jardim Veneza, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83825-330.
- **Cmei Prof^a. Eronildes Camargo** – Rua Canários, nº 173 – Bairro Gralha Azul, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83824-360.

- **Cmei Profª. Marcia Claudino** – Avenida Venezuela, nº 1525 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-605.
- **Cmei Santa Terezinha** – Rua Rio Piquiri, s/nº – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-146.
- **Cmei Tia Fani** – Avenida Brasil, nº 2014 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Cmei Vovô Juca Rocha** – Rua Rio Tietê, nº 769 – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-126.
- **Cmei Zilda Arns** – Rua Estados Unidos, nº 956 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-184.
- **Cmei Prof. Luzia Moreira Tomchak** – Rua Pau-Brasil, nº 378 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-062.
- **Cmei Prof. Kelly Campos** – Avenida Nossa Senhora de Guadalupe, s/nº – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-096.
- **Cmei Tereza Ap. Duarte** – Rua Crispim, s/nº – Bairro Gralha Azul, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83824-382.
- **Cmei Ezilda C. M. Moleta** – Rua Curitiba, nº 1453 – Bairro Santa Maria, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83830-460.
- **Secretaria Municipal de Educação** – Rua Espanha, nº 66 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-064.

i) Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

- **Ginásio Gurizão** – Rua Santa Mônica, nº 724 – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-208.
- **Ginásio Veneza** – Rua Paulo Leminski, s/nº – Bairro Jardim Veneza, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83825-320.
- **Estádio Municipal Pedro Roberto** – Centro Multieventos – Avenida Brasil, s/nº – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Praça da Vitória** – Rua Cambará, nº 235 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-072.

j) Faztrans

- **Faztrans** – Avenida Venezuela, nº 247-A – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-554

k) Secretaria Municipal de Finanças

- **Divisão de Arrecadação** – Rua Macedônia, nº 315 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-020.
- **Secretaria de Finanças** – Rua Jacarandá, nº 300 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-066.

l) Secretaria Municipal de Habitação

- **Secretaria de Habitação** – Avenida Macedônia, nº 315 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-020.

m) Secretaria Municipal da Mulher

- **Secretaria Municipal da Mulher** – Rua Manoel Claudino Barbosa, nº 1777 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-150.

n) Secretaria Municipal de Obras Públicas

- **Secretaria Municipal de Obras Públicas** – Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-554.

o) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

- **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano** – Rua Rio Doce, nº 82 – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-230.

p) Procuradoria-Geral do Município

- **Procuradoria-Geral Municipal** – Rua Jacarandá, nº 300 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-066.

q) Secretaria Municipal de Saúde

- **SMS** - Rua Tenente Sandro Luiz Kampa, nº 182 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-084.
- **CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico e Farmácia do Paraná** – Rua Manoel Claudino Barbosa, nº 1722 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-148.
- **UPA – Unidade de Pronto Atendimento** – Rua Rio Tejo, nº 515 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-118.
- **Fisioterapia** – Rua Macedônia, nº 15 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-012.

- **CAPS** – Rua Seringueira, nº 494 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Saúde mental** – Rua Cedro, s/nº – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **Logística (pisos Superior e inferior)** - Rua Manoel C. Barbosa, 1300 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-124.
- **Academia da saúde** – Rua São Teófilo, s/nº – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-060.
- **UBS CANAÃ** – Rua São Teófilo, nº 367 – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-060.
- **UBS ESTADOS** – Travessa União da Vitória, nº 167 – Bairro Estados, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83830-276.
- **UBS EUCALIPTOS** – Rua Seringueira, nº 494 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **UBS GRALHA AZUL** – Avenida Portugal, nº 1866 – Bairro Gralha Azul, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83824-214.
- **UBS HORTÊNCIA** – Rua Pessegueiro, nº 227 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **UBS IGUAÇU** – Rua Rio Tejo, nº 1984 – Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-118.

- **UBS NAÇÕES** – Rua Egito, nº 478 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-082.
- **UBS PIONEIROS** – Rua Rio Ivaí, nº 1081 – Bairro Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-509.
- **UBS SANTA MARIA** – Rua Curitiba, nº 1382 – Jardim dos Estados, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-000.
- **UBS SANTA TEREZINHA** – Rua Santa Mônica, nº 486 – Bairro Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-225.
- **UBS SANTARÉM** – Rua Níger, nº 182 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-269.
- **UBS SÃO SEBASTIÃO** – Rua Mário de Andrade, nº 975 – Bairro Veneza, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83825-110.
- **UBS VILA MARLI** – Av. Paraguai, nº 1738 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-184.
- **PAM – Pronto Atendimento Médico** – Rua Rio Tejo, nº 515 – Pioneiros, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83829-000.
- **UBS NITTA** – Rua Antonina, nº 313 – Bairro Estados, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83830-456.
- **UBS JD. BRASIL** – Rua Jenipapo, nº 343 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-670.

- **UBS JD. PALMERA** – Rua Guará, 1357– Bairro Jardim Palmeira, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83833-356.

r) Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda

- **Agência do Trabalhador** – Avenida Cedro, nº 343 – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-004.
- **Procon e Posto Avançado** – Avenida das Araucárias, nº 24 – Anexo ao Terminal Rodoviário – Bairro Eucaliptos, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83820-068.

s) Secretaria Municipal de Urbanismo

- **Paço Municipal** – Rua Jacarandá, nº 300 – Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, PR, Brasil – CEP 83823-901.

5.4. Os procedimentos de habilitação no processo licitatório deverão observar o disposto na Instrução Normativa nº 002/2024 da Secretaria Municipal de Administração.

5.5. Dos impactos ambientais:

5.5.1 O objeto contratado deve atender à legislação federal, estadual e municipal referente à sustentabilidade. Sendo assim, seguindo as normas de legislações vigentes na data de execução, visando o menor impacto ambiental possível.

5.5.2. A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade; devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais;

5.5.3. As práticas de sustentabilidade devem ser observadas pela contratada:

a) Comprovar, como condição prévia à assinatura da ata de registro de preços e durante a sua vigência, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

I – Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando — trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº4, DE 11 DE MAIO DE 2016;

II – Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 10 e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

5.6. Da Subcontratação: Não se aplica a subcontratação para este fornecimento.

5.7. Prazo de Garantia dos Serviços Prestados

5.7.1. A contratada deverá garantir a eficácia dos serviços executados por um prazo mínimo de 3 (três) meses, contados a partir da data de execução do serviço em cada local. Durante esse período, caso ocorra reinfestação ou retorno da praga combatida no mesmo ambiente tratado, a contratada deverá realizar nova intervenção ou reaplicação dos serviços sem qualquer custo adicional para a Administração Pública.

5.8. A empresa vencedora deverá apresentar, como condição para assinatura da ata de registro de preços ou instrumento contratual, licença ambiental válida, expedida pelo órgão competente, quando exigível para a atividade, sob pena de decair do direito à contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande reserva-se o direito de emitir as Autorizações de Fornecimento, conforme disponibilidade e demanda das Secretarias. Desta forma, não será obrigatório a contratação dos serviços, objeto deste Pregão, em seu quantitativo total, podendo ser requerido de forma parcelada, durante toda a vigência do Contrato de Registro de Preço.

6.2. Todos os serviços serão realizados em prédios públicos dentro do Município de Fazenda Rio Grande, incluindo principalmente escolas, Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI's, Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Almoxarifados, Sedes de projetos e Secretarias, entre outros.

6.3. O prazo de execução do serviço será estipulado de acordo com a necessidade das secretarias.

6.4. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, feita pelo Setor de Compras e Licitações, será obrigação da Secretaria solicitante entrar em contato com a empresa detentora do contrato para que seja repassado, conforme o caso, cronograma com endereço, data e horário onde os serviços terão que ser realizados.

6.5. Consoante ao cronograma citado acima, poderá ser dado à empresa um período de 05 (cinco) dias para o início dos serviços e o dia específico deverá ser agendado junto à Secretaria solicitante do serviço.

6.6. A empresa deverá utilizar produtos, equipamentos de proteção individual e execução dos serviços, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

6.7. Para garantir a eficácia dos serviços, a empresa deverá dar todas as instruções aos servidores que atuam nos locais onde aqueles serão realizados, de como proceder antes e depois dos serviços de dedetização, desratização, descupinização, combate a infestação de pombos e controle e captura de abelhas, vespas e marimbondos.

6.8. A empresa deverá utilizar produtos biodegradáveis e naturais. Inseticidas microencapsulados e raticidas em forma granulada, blocos parafinados ou pó de contato.

6.9. O controle mecânico de infestação de pombos deverá ser realizado por meio de instalação de barreiras físicas que possam restringir o acesso às superfícies de pouso e aos locais que possam servir como abrigo, como:

- a)** Espículas: instalação de pontas flexíveis (não afiadas) que impeçam o pouso da ave, porém sem causar ferimentos aos animais;
- b)** Espirais: instalação de espirais em aço inoxidável, eficaz ao encontro dos pombos em áreas de pouso (beirais, parapeitos, muros, grades e pontos retos e/ou curvos de curta e longa distância;
- c)** Fios tencionados: fixação de fios nas extremidades por uma base, podendo ser utilizados em calhas, parapeitos, beirais, etc., dificultando o pouso das aves;
- d)** Telas protetoras: confeccionadas em nylon ou outro material compatível, resistente, perfeitamente fixada em toda a sua extensão, impedindo o acesso dos pombos;
- e)** Outros mecanismos físicos existentes no mercado, que possam restringir o pouso e permanência dos pombos, desde que sejam permitidos pela legislação vigente;
- f)** Desalojamento dos pombos e transferência para local apropriado. Limpeza, raspagem de fezes, retirada de ninhos, desinfecção contra piolhos (biocida bacteriológico);
- g)** Utilização de substâncias repelentes (gel) atóxicos sem adição de praguicidas, tendo por principal função a inibição do pouso e permanência dos pombos nas áreas infestadas.

6.10. O Serviço de manejo de vespas e marimbondos compreende: Remoção ou transposição e eliminação da colônia, caso estiver em local de difícil acesso.

6.11. O Serviço de manejo de abelhas compreende: Remoção ou transposição da colônia, colocação em caixa de quadro e recolocação a uma distância mínima de 3(três) quilômetros do local de retirada no tempo máximo de 2 (duas) horas da remoção.

6.12. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.12.1. Os serviços serão recebidos:

- a)** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no termo de referência, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- b)** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no termo de referência, que ocorrerá dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, e sua consequente aceitação.

6.12.2. No caso de reprovação do serviço executado, a contratada deverá realizar a correção ou reexecução necessária no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da notificação formal da Administração.

6.13. Modalidade: Pregão eletrônico.

6.14. Formato: Registro de preços.

6.15. Forma de julgamento: Menor preço por item.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Forma de gestão do contrato: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7.1.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.2. Equipe de fiscalização:

PORTARIA nº 045/2025 - SMMA			
Função	Nome completo	Nº da Matrícula	Secretaria
Gestor:	Willian Barros do Amaral	363.195	SMMA
Fiscal de Contrato:	Natalia Maria Lucindo	355.581	SMMA
Fiscal Substituto:	Luana Reichert Gomes	364.067	SMMA
Fiscal de Contrato:	Analine Maquea Cardeal	355499	SMDDET
Fiscal Substituto:	Jonathan Almir Barbosa	363.333	SMDDET
Fiscal de Contrato:	Rogério Farias Soares	351.673	SMDS
Fiscal Substituto:	Allan Bruno da Silva Oliveira	355.186	SMDS
Fiscal de Contrato:	Katheryne da Cruz Szymanski Miranda	351.221	SMF
Fiscal Substituto:	Andressa Camilo	358.385	SMF
Fiscal de Contrato:	Cleberson Zepechouka	351.724	SMTER
Fiscal Substituto:	Elaine Aparecida de Lima Oliveira	350.134	SMTER
Fiscal de Contrato:	Danieli Konopka Oldoni	255601/ 348447	SME
Fiscal Substituto:	Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão	352.156	SME
Fiscal de Contrato:	Hideki Yanagita	352.545	SMU
Fiscal Substituto:	Adelson Luiz Klem	354.106	SMU
Fiscal de Contrato:	Ravi Gandhi Blumenthal de Oliveira	357.688	SMH
Fiscal Substituto:	Luiz Rafael Lopes	348.599	SMH
Fiscal de Contrato:	Josemar Antonio de Souza	351.094	FAZTRANS

Fiscal Substituto:	Lucas Evandro Guilen Oliveira	364241	FAZTRANS
Fiscal (APS):	Paulo Henrique Peixoto	359. 738	SMS
Fiscal Substituto(APS):	Jenifer Amanda de Moraes	355. 806	SMS
Fiscal (DVS):	Karine Souza Dias	351. 322	SMS
Fiscal de Contrato:	Eliane Freitag dos Santos	358. 325	SMPU
Fiscal Substituto	Karin Alessandra Gomes	363. 356	SMPU
Fiscal de Contrato:	Emily Vanessa Carvalho Silveira	363.233	SMA
Fiscal Substituto	Eudes Correia	363.647	SMA
Fiscal de Contrato:	Caio Duarte Boryça	351.470	SMC
Fiscal Substituto	Kely Steinhaus Cezar	350. 721	SMC
Fiscal de Contrato:	Carina de Faria Mondini	352554	SMELJ
Fiscal Substituto	Andrea Cristina Haas	338.301	SMELJ
Fiscal de Contrato:	Flávia Vaz Aleluia	351.189	SMAS
Fiscal Substituto	Ana Lilian Senczuk Fonseca	351.003	SMAS
Fiscal de Contrato:	Isaque Teixeira de Ramos	364.080	SMOP
Fiscal Substituto	Jailson Correia de Oliveira	363.238	SMOP
Fiscal de Contrato:	Isabel Cristina Martins Andreo Orejana	350631	PGM
Fiscal Substituto	Naiane Lopes Ramos	362252	PGM
Fiscal de Contrato:	Rita de Cassia de Sa Ribas	364. 386	SMM
Fiscal Substituto	Juliana de Lima Theodoro	350.647	SMM

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A prestação dos serviços se dará após a emissão da nota de empenho e o pagamento será em até 10 (dez) dias uteis após a liquidação da Nota Fiscal.

8.2. A nota fiscal/ fatura que for apresentada com erro será devolvida ao fornecedor para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para pagamento reiniciarão a partir da data de sua apresentação.

8.3. A CONTRATADA somente poderá emitir Nota fiscal/ fatura nos termos desta cláusula, após a emissão da nota de empenho.

8.4. Critérios de liquidação:

8.4.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** A data da emissão;
- b)** Os dados da ata de registro de preços e do órgão contratante;
- c)** O período respectivo de execução da ata de registro de preços;
- d)** O valor a pagar;
- e)** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.4.3. O prazo para liquidação é de 10 (dez) dias úteis após o recebimento na nota fiscal.

8.5. Critérios para pagamento: O pagamento será realizado de forma parcelada, em conformidade com a execução dos serviços, de acordo com as necessidades e solicitações das Secretarias Municipais.

8.5.1. Para fins de pagamento da nota fiscal, a mesma deverá ser entregue acompanhada das comprovações de regularidade fiscal, sendo:

- a)** Certidão de Regularidade FGTS;

b) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

c) Certidão de Débitos de Tributos Estaduais;

d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais;

e) Certidão Negativa de Débitos de Trabalhistas.

8.6. Prazo de pagamento: O prazo para pagamento é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da nota fiscal.

9. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **pregão eletrônico**, garantindo maior competitividade, celeridade e transparência ao processo, ampliando a participação de interessados e proporcionando à Administração Pública a seleção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da eficiência, da isonomia e da economicidade.

9.2. Forma de julgamento: Menor Preço por Item: Será considerado o menor preço por item.

9.3. Regime de contratação: Ata de registro de preços.

9.5. Habilitação Técnica

9.5.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante já forneceu objeto igual ou semelhante ao solicitado em edital, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

a) O atestado deverá conter expressamente o nome do responsável pela assinatura, bem como endereço e dados de contato do emissor do atestado.

9.5.2. Para os itens nº 01, 03, 04 e 05 apresentar:

9.5.2.1. Licença Sanitária concedida pelo órgão sanitário competente.

9.5.2.3. Comprovação de registro do Responsável Técnico junto ao respectivo conselho profissional competente, tais como Conselho Regional de Biologia (CRBio), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Regional de Química (CRQ), ou ainda qualquer outro conselho de classe que, por força legal, atribua competência explícita ao profissional para a supervisão dos serviços e emissão do respectivo laudo técnico que comprove a execução do serviço e produtos utilizados na prestação do serviço;

9.5.2.4. Declaração, sob as penas da Lei, de que o Profissional Responsável Técnico possui vínculo com a empresa licitante. Os documentos para comprovação do vínculo deverão ser apresentados por qualquer meio idôneo, na assinatura do contrato;

9.5.2.5 Comprovação de registro da empresa junto ao respectivo conselho profissional competente, compatível com a atividade de controle de vetores e pragas urbanas, tais como Conselho Regional de Biologia (CRBio), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Regional de Química (CRQ) ou outro conselho legalmente habilitado, desde que demonstrada a compatibilidade das atribuições profissionais com o objeto contratado, bem como apresentação de declaração ou documento técnico emitido pelo responsável técnico da empresa, atestando que esta possui condições técnicas, operacionais e estruturais adequadas para a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente aplicável à atividade;

9.5.2.6 Declaração, sob as penas da lei, de que a empresa cumpre integralmente as disposições estabelecidas na Resolução RDC nº 622/2022 da ANVISA, ou outra que vier a substituí-la, bem como demais normas sanitárias federais, estaduais e municipais aplicáveis à atividade de controle de vetores e pragas urbanas.

9.5.3. Para o item nº 05 apresentar:

9.5.3.1. Alvará de Funcionamento da empresa.

***Justificativas constantes no ANEXO I.**

9.6. Habilitação Jurídica

9.6.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ação, acompanhados de documentação de eleição de seus administradores e a comprovação da publicação pela imprensa da ata arquivada. A apresentação de todas as alterações contratuais a que se refere o edital poderá ser substituída pelo contrato social consolidado e todas as alterações.

9.6.1.1. No caso de firma individual: Cédula de Identidade e Inscrição Comercial, com prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente.

9.6.1.2. No caso de Sociedade por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhados da ata da assembleia, devidamente registrada, que elegeu a última diretoria.

9.6.1.3. No caso de Sociedade Civil: Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

9.6.1.4. Decreto de autorização: em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.6.2. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ (Cartão de Identificação);

9.7. Habilitação Fiscal e Trabalhista

9.7.1. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

9.7.2. Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.

9.7.3. Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

9.7.4. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

9.7.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas –CNDT ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (Lei 12.440/2011).

9.8. Infrações e sanções administrativas

9.8.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação deverá seguir os padrões utilizados pelo município.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 968.598,46** (Novecentos e sessenta e oito mil quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), sendo o valor calculado com base na MÉDIA de preço das cotações:

ITEM 1 – Serviço de controle de infestação de pombos.	QTDE: 151.469,68	UNIDADE: M²
NOME DA EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Contrato – Município de Lagoa de Itaenga	R\$ 0,80	R\$ 121.175,74
Contrato – Município de Palmas	R\$ 0,69	R\$ 104.514,08
PNCP – Município Caucaia	R\$ 1,15	R\$ 174.190,13
MÉDIA	R\$ 0,88	R\$ 133.293,32

ITEM 2 – Serviço de controle e captura de abelhas, vespas e marimbondos	QTDE: 378	UNIDADE: UNI
NOME DA EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNCP – Município de Matinhos	R\$ 353,97	R\$ 133.800,66
Contrato – Município de Colombo	R\$ 340,00	R\$ 128.520,00
Contrato – Município de Ladaraio	R\$ 384,62	R\$ 145.386,36
MÉDIA	R\$ 359,53	R\$ 135.902,34

ITEM 3 – Serviço de dedetização	QTDE: 255.364,53	UNIDADE: M²
NOME DA EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNCP – Município de Aratuípe	R\$ 1,25	R\$ 319.205,66
Contrato – Centro de Intendência da Marinha	R\$ 1,98	R\$ 505.621,77
Contrato – CIMINAS	R\$ 1,83	R\$ 467.317,09
MÉDIA	R\$ 1,69	R\$ 430.714,84

ITEM 4 – Serviço de descupinização	QTDE: 50.381,37	UNIDADE: M²
NOME DA EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNCP – Universidade Federal de São Paulo	R\$ 1,05	R\$ 52.900,44
PNCP – Município de Aratuípe	R\$ 1,25	R\$ 62.976,71
Contrato – Centro de Intendência da Marinha	R\$ 1,98	R\$ 99.755,11
MÉDIA	R\$ 1,43	R\$ 71.877,42

ITEM 5 – Serviço de desratização	QTDE: 254.274,53	UNIDADE: M²
NOME DA EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNCP– Universidade Federal de São Paulo	R\$ 0,79	R\$ 200.876,88
Contrato – Centro de Intendência da Marinha	R\$ 1,00	R\$ 254.274,53
PNCP – Município Sobral	R\$ 0,52	R\$ 132.222,76
MÉDIA	R\$ 0,77	R\$ 195.791,39

10.2. Na pesquisa de preço observou-se o parâmetro previsto no art. 23 da Lei 14.133/2021 conforme mapa de preço em anexo com os preços unitários referenciais e os documentos que lhe dão suporte e explicitado abaixo.

10.3. A pesquisa se deu com base em contratações similares de outros municípios.

10.4. Os preços orçados são aqueles praticados no mercado regional. Não estando com sobrepreço. Os orçamentos são verdadeiros e autênticos.

10.5. A metodologia para definição do preço de referência foi A MÉDIA dos preços coletados (TCU no Acórdão 4952/2012), conforme mapa de preço em anexo com os preços unitários referenciais e os documentos que lhe dão suporte.

10.6. A Estimativa do Valor da Aquisição é conforme mapa de preço obtida a partir de consulta ao mercado regional, com as empresas abaixo que possuem atividade econômica compatível para o tipo de serviço a ser contratado, conforme cartão CNPJ em anexo aos orçamentos:

- ITEM 1:**

Contrato 053/2026 – Município de Lagoa de Itaenga

Contrato 003/2026 - Município de Palmas

PNCP – Município de Caucaia

- **ITEM 2:**

PNCP – Município de Matinhos

ARP 015/2025 – Município de Colombo

ARP 014/2025 – Município de Ladário

- **ITEM 3:**

PNCP – Município de Aratuípe

ARP 90025/2025 – Centro de Intendência da Marinha

Contrato 204/2026 – Consorcio Interfederativo de Minas Gerais

- **ITEM 4:**

PNCP – Universidade Federal de São Paulo

PNCP – Município de Aratuípe

ARP 90025/2025 – Centro de Intendência da Marinha

- **ITEM 5:**

PNCP – Universidade Federal de São Paulo

ARP 90025/2025 – Centro de Intendência da Marinha

PNCP – Município de Sobral

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

11.1. As dotações orçamentárias para suporte das despesas decorrentes deste processo são:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE									
Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
732	22	001	18	542	0057	2.10 8	3.3.90.39	00511.00511.01 .07.	--

								00.00.1.753.000 0	
741	22	001	18	542	0057	2.12 5	3.3.90.39	00000.00000.01 .07. 00.00.1.500.000 0	--
741	22	001	18	542	0057	2.12 5	3.3.90.39	00511.00511.01 .07. 00.00.1.753.000 0	--
762	22	001	20	608	0057	2.22 2	3.3.90.39	00000.00000.01 .07 00.00.1.500.000 0	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
154	07	001	23	695	48	2210	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.1.500.00 00	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL E MOBILIDADE URBANA

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
700	21	001	14	422	044	2.10 4	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
700	21	001	14	422	044	2.10	3.3.90.39	00510.00510.01	--

						4		.07.00.00.1.753. 0000	
707	21	001	14	422	044	2. 243	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
710	21	001	14	422	044	2. 250	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
710	21	001	14	422	044	2. 250	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
283	14	01	04	123	0040	2.04 9	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
779	23	001	11	334	0053	2. 114	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00 .1.500.0000	--
797	23	001	11	334	0053	2227	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00	--

								.1.500.0000	
--	--	--	--	--	--	--	--	-------------	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
73	04	001	12	361	0043	2. 014	3.3.90.39	00104.00104.01 .01.00.00.1.500. 1001	--
433	16	001	12	361	0043	2. 194	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
433	16	001	12	361	0043	2. 194	3.3.90.39	00103.00103.01 .01.00.00.1.500. 1001	--
433	16	001	12	361	0043	2. 194	3.3.90.39	00104.00104.01 .01.00.00.1.500. 1001	--
444	16	002	12	365	0043	2070	3.3.90.39	00103.00103.01 .01.00.00.1.500. 1001	--
444	16	002	12	365	0043	2070	3.3.90.39	00104.00104.01 .01.00.00.1.500. 1001	--
512	16	004	12	367	0043	2. 200	3.3.90.30	00103.00103.01 .01.00.00.1.500. 1001	--
512	16	004	12	367	0043	2. 200	3.3.90.30	00104.00104.01 .01.00.00.1.500.	--

								1001	
--	--	--	--	--	--	--	--	------	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO									
Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
207	09	001	15	452	0042	2038	3.3.90.39	00510.00510.01 .07. 00.00.1.753.000 0	--
207	09	001	15	452	0042	2038	3.3.90.39	00000.00000.01 .07. 00.00.1.500.000 0	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO									
Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
951	33	001	16	482	50	2. 043	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--

FAZTRANS									
Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
649	18	001	26	782	0044	2.09 8	3.3.90.39	00509.00509.99 .99.00.00.1.752. 0000	--
649	18	001	26	782	0044	2.09 8	3.3.90.39	00509.00509.99 .99.00.00.2.752. 0000	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
55	03	001	10	301	0041	2. 009	3.3.90.39	00303.00303.01 .02.00.00.1.500. 1002	--
320	15	001	10	301	0041	2. 051	3.3.90.39	00303.00303.01 .02.00.00.1.500. 1002	--
342	15	002	10	301	0041	2. 054	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
342	15	002	10	301	0041	2. 054	3.3.90.39	00303.00303.01 .02.00.00.1.500. 1002	--
342	15	002	10	301	0041	2. 054	3.3.90.39	00383.01005.03 .02.01.01.1.632. 0000	--
342	15	002	10	301	0041	2. 054	3.3.90.39	00494.00494.09 .02.06.20.1.600. 0000	--
364	15	003	10	305	0041	2. 056	3.3.90.39	00383.01005.03 .02.01.01.1.632. 0000	--
364	15	003	10	305	0041	2. 056	3.3.90.39	00510.00510.01 .07.00.00.1.753. 0000	--
364	15	003	10	305	0041	2. 056	3.3.90.39	00494.00494.09 .02.06.20.1.600. 0000	--
379	15	004	10	303	0041	2. 058	3.3.90.39	00303.00303.01 .02.00.00.1.500. 1002	--
379	15	004	10	303	0041	2. 058	3.3.90.39	00383.01005.03 .02.01.01.1.632. 0000	--
379	15	004	10	303	0041	2. 058	3.3.90.39	00383.01005.03 .02.01.01.2.632. 0000	--

379	15	004	10	303	0041	2. 058	3.3.90.39	00494.00494.09 .02.06.20.1.600. 0000	--
394	15	005	10	302	0041	2. 204	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
394	15	005	10	302	0041	2. 204	3.3.90.39	00303.00303.01 .02.00.00.1.500. 1002	--
394	15	005	10	302	0041	2. 204	3.3.90.39	00494.00494.09 .02.06.20.1.600. 0000	--
402	15	005	10	302	0041	2. 205	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
402	15	005	10	302	0041	2. 205	3.3.90.39	00303.00303.01 .02.00.00.1.500. 1002	--
402	15	005	10	302	0041	2. 205	3.3.90.39	00494.00494.09 .02.06.20.1.600. 0000	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO									
Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
886	28	001	4	121	48	2.19 0	3.3.90.39	00000.00000.01. 07.00.00.1.500.0 000	--
868	28	001	15	452	48	2.03 9	3.3.90.39	00507.00507.99. 99.00.00.1.751.0 000	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO									
Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
21	02	001	04	122	0040	2.00 3	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500.	--

								0000	
30	02	001	04	122	0040	2141	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
30	02	001	04	122	0040	2141	3.3.90.39	00504.00504.99 .99.00.00.1.704. 0000	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
103 4	36	001	13	392	0046	2. 019	3.3.90.39	00000.00000.01 .07. 00.00.1.500.000 0	--
104 3	37	001	13	392	0046	2. 020	3.3.90.39	00000.00000.01 .07. 00.00.1.500.000 0	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
228	10	001	08	244	0049	2. 092	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
248	10	001	08	243	0049	6. 009	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
525	17	001	08	245	0049	2. 078	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--

525	17	001	08	245	0049	2. 078	3.3.90.39	00934.00934.09 .06.06.06.1.660. 0000	--
525	17	001	08	245	0049	2078	3.3.90.39	00934.00934.09 .06.06.06.2.660. 0000	--
530	17	001	08	241	0049	2079	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
534	17	001	08	243	0049	6. 001	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
534	17	001	08	243	0049	6. 001	3.3.90.39	00934.00934.09 .06.06.06.1.660. 0000	--
534	17	001	08	243	0049	6. 001	3.3.90.39	00934.00934.09 .06.06.06.2.660. 0000	--
558	17	002	08	245	0049	2. 081	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
558	17	002	08	245	0049	2. 081	3.3.90.39	00941.00941.09 .06.06.26.1.660. 0000	--
558	17	002	08	245	0049	2. 081	3.3.90.39	00941.00941.09 .06.06.26.2.660. 0000	--
564	17	002	08	245	0049	2. 085	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
564	17	002	08	245	0049	2. 085	3.3.90.39	00941.00941.09 .06.06.26.1.660. 0000	--
576	17	002	08	245	0049	2. 233	3.3.90.39	01810.01011.09 .99.05.18.1.749. 0000	--
583	17	002	08	243	0049	6. 005	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--

583	17	002	08	243	0049	6. 005	3.3.90.39	00941.00941.09 .06.06.26.1.660. 0000	--
606	17	003	08	244	0049	2. 088	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
606	17	003	08	244	0049	2. 088	3.3.90.39	01803.00934.09 .06.06.06.2.660. 0000	-
613	17	003	08	244	0049	2. 089	3.3.90.39	00940.00940.09 .06.06.25.1.660. 0000	-
613	17	003	08	244	0049	2. 089	3.3.90.39	00940.00940.09 .06.06.25.2.660. 0000	-

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
179	08	001	15	452	0042	2.03 4	3.3.90.39	00000.00000.01 .07. 00.00.1.500.000 0	--

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
96	05	001	02	061	0058	2.12 4	3.3.90.39	00000.00000.01 .07. 00.00.1.500.000 0	--

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
100 9	35	001	08	244	0052	2.13 4	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE									
Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Fonte	R\$
936	32	001	27	812	0047	2. 214	3.3.90.39	00000.00000.01 .07.00.00.1.500. 0000	--
111 2	40	001	27	812	0047	2. 229	3.3.90.39	01849.01011.09 .99.05.18.2.749. 0000	

12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Obrigações da contratada

12.1.1. A CONTRATADA deverá entregar ao órgão fiscalizador um certificado de execução do serviço prestado de cada unidade, em papel timbrado, carimbado e assinado pelo responsável técnico.

12.1.2. Comunicar oficialmente à CONTRATANTE, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite a execução dos serviços solicitados e quais as providências a serem tomadas.

12.1.3. Prestar a CONTRATANTE toda e qualquer informação ou esclarecimento relativo à prestação do serviço.

12.1.4. Empregar na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado e treinado, bem como todos os materiais necessários à execução do objeto.

12.1.5. Caso os serviços prestados não satisfaçam as necessidades, a CONTRATADA estará sujeita a fazer reparos.

12.1.6. Os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados, através de uniforme e crachá, quando da execução contratual.

12.1.7. A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dela, venha direta ou indiretamente causar a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande ou terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a lei nº 14.133/2021.

12.1.8. A CONTRATADA deverá fornecer EPIs a todos os funcionários, conforme sua função e risco de seus serviços. A CONTRATANTE não terá quaisquer responsabilidades em caso de acidentes com funcionários ou terceiros. Deverão ser observadas todas as normas de segurança do trabalho.

12.1.9. Todos os equipamentos, ferramentas e materiais necessários para execução dos serviços serão de responsabilidade única da empresa contratada.

12.1.10. Todas as despesas na prestação dos serviços, como manutenção, combustível, seguros, encargos social, trabalhistas e danos a terceiros, inclusive insalubridade dos seus funcionários, serão de responsabilidade da contratada.

12.1.11. As despesas com transporte até o local dos serviços serão por conta da CONTRATADA.

12.1.12. Após a execução do serviço A CONTRATADA deverá apresentar a Secretaria solicitante a ficha de confirmação de serviço em papel timbrado, carimbada e assinada pelo funcionário que recebeu o serviço.

12.1.13. A CONTRATADA deverá observar todas as leis ambientais vigentes, quer de âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

12.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.2.1. Receber provisoriamente a contratada para realização do serviço, disponibilizando local, data e horário.

12.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos.

12.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

Fazenda Rio Grande, 30 de Julho de 2025.

Revisado em: 28/04/2026.

FRANCIELLI VILLELA

Assistente Administrativo

Matrícula: 364.690

WILLIAN BARROS DO AMARAL

Gestor de Contrato

Decreto 7665/2025

RAFAEL NUNES CAMPANER

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto 8103/2026

ANEXO I

8.5.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante já forneceu objeto igual ou semelhante ao solicitado em edital, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

JUSTIFICATIVA: A exigência de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante já executou objeto igual ou semelhante ao solicitado no edital, emitido por, no mínimo, um órgão público ou privado, visa assegurar que a contratada detenha experiência prévia e aptidão para a execução adequada dos serviços especializados de Controle de Infestações de Pragas Urbanas, nos padrões de qualidade exigidos pela Administração.

Considerando que os serviços objeto da licitação envolvem a manipulação de produtos químicos e biológicos, bem como a atuação em áreas públicas com grande circulação de pessoas, é imprescindível garantir que a empresa possua conhecimento técnico e operacional adequado, minimizando riscos à saúde pública, ao meio ambiente e ao patrimônio público.

A comprovação da experiência por meio de atestado permite aferir a efetiva capacidade da licitante em desempenhar os serviços de forma segura, eficiente e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes. Tal exigência está em consonância com o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que admite a comprovação de qualificação técnica por meio de atestados fornecidos por terceiros.

Portanto, a exigência justifica-se como medida de interesse público, voltada à proteção da coletividade, à eficiência da contratação e à mitigação de riscos operacionais, garantindo que apenas empresas com histórico comprovado de execução de serviços similares possam participar do certame.

9.5.2.1. Licença Sanitária concedida pelo órgão sanitário competente.

JUSTIFICATIVA: A exigência da Licença Sanitária visa garantir que a empresa esteja devidamente autorizada a exercer atividades que envolvam o uso e a aplicação de substâncias químicas e biológicas com potencial impacto na saúde pública. Este documento comprova que a empresa cumpre normas de higiene, segurança e controle sanitário previstas pela Vigilância Sanitária, conforme legislação específica. Trata-se de exigência imprescindível, uma vez que a natureza dos serviços pode afetar diretamente a saúde da população.

9.5.2.2. Licença Ambiental concedida pelo órgão ambiental competente

JUSTIFICATIVA: A Licença Ambiental é exigida para assegurar que a empresa adote práticas ambientalmente responsáveis na execução de suas atividades, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente. O uso de produtos químicos e biocidas, bem como a destinação de resíduos gerados nos processos de dedetização e desratização, deve seguir diretrizes ambientais específicas. Essa exigência está amparada nas legislações federal, estadual e municipal de meio ambiente e visa prevenir a contaminação do solo, da água e da fauna urbana.

9.5.2.3. Registro do Profissional Responsável Técnico junto ao respectivo Conselho

JUSTIFICATIVA: A exigência do registro profissional junto ao respectivo Conselho de Classe (ex: CRBio, CRQ, CRMV, etc.) tem como objetivo garantir que o responsável técnico da empresa possua habilitação legal e competência técnica para supervisionar e conduzir os serviços de controle de pragas. Tal profissional deve ser legalmente apto para atuar nas atividades que envolvem agentes químicos, biológicos ou mecânicos, sendo responsável pela segurança e eficácia dos métodos utilizados.

9.5.2.4. Declaração de vínculo do Responsável Técnico com a empresa licitante

JUSTIFICATIVA: A exigência da declaração de vínculo do responsável técnico garante que o profissional habilitado não apenas possua registro no conselho, mas também mantenha vínculo direto com a empresa licitante, seja por contrato de trabalho, sociedade ou prestação de serviços. Isso assegura que o responsável técnico participará ativamente da execução contratual, respondendo tecnicamente pelos serviços prestados. A apresentação posterior de documentação comprobatória na assinatura do contrato resguarda a legalidade do vínculo.

9.5.2.5. Registro da empresa especializada junto ao conselho profissional do seu responsável técnico

JUSTIFICATIVA: Este registro confirma que a empresa se encontra regularmente cadastrada no respectivo conselho de classe vinculado ao responsável técnico, o que assegura a conformidade institucional e técnica com as normas do setor. A inscrição da empresa no conselho é condição essencial para a fiscalização de suas atividades e demonstra sua regularidade para operar legalmente com controle de vetores e pragas urbanas.

9.5.2.6. Declaração de cumprimento da Resolução RDC nº 622/2022

JUSTIFICATIVA: A Resolução RDC nº 622/2022, da ANVISA, estabelece os critérios sanitários para as empresas prestadoras de serviços de controle de pragas urbanas, incluindo exigências sobre estrutura física, qualificação de pessoal, controle de qualidade dos produtos e registros operacionais. A exigência da declaração de cumprimento dessa resolução assegura que a empresa esteja atuando em conformidade com os requisitos técnicos e sanitários definidos pela autoridade reguladora nacional, protegendo a saúde da população e o meio ambiente.

9.5.3.1. Alvará de Funcionamento da empresa.

JUSTIFICATIVA: A exigência de apresentação do Alvará de Funcionamento da empresa tem por objetivo comprovar que a licitante se encontra legalmente estabelecida e autorizada pelo Município a exercer suas atividades econômicas, em conformidade com a legislação urbanística, sanitária, ambiental e tributária local.

No caso específico do serviço de desratização, que envolve a manipulação e aplicação de produtos químicos potencialmente tóxicos e de alto risco à saúde humana e ao meio ambiente, torna-se ainda mais relevante assegurar que a empresa opere em endereço devidamente regularizado, com estrutura física compatível com as exigências técnicas e sanitárias da atividade.

A apresentação do Alvará também permite à Administração Pública verificar:

- A veracidade da sede declarada pela empresa;
- A regularidade da atividade econômica junto ao cadastro municipal;
- A conformidade da empresa com as normas de zoneamento e uso do solo.

Além disso, trata-se de documento exigido como condição para o exercício regular de atividades empresariais, conforme previsto em legislações municipais e respaldado pelo entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, sendo prática comum em contratações públicas que envolvem prestação de serviços técnicos especializados.

Dessa forma, a exigência do Alvará de Funcionamento representa uma medida de proteção jurídica, administrativa e sanitária, garantindo que apenas empresas legalmente constituídas e autorizadas operem na prestação dos serviços contratados pelo Município

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

5ZR**MO2****0P3****ZK8**